



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo nº 405.479/2020

Licitação: Pregão Eletrônico nº 2/2023

Contrato nº 2023/044.0

OBJETO	Aquisição de grades de contenção, barras de escoramento e tendas impermeáveis com fechamento lateral, novas e para primeiro uso.
---------------	--

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: CÂMARA DOS DEPUTADOS		
CNPJ/MF: 00.530.352/0001-59		
Endereço: PÇ DOS TRÊS PODERES S/N. ED ANEXO 13º ANDAR – PLANO PILOTO		
Cidade: BRÁSÍLIA	UF: DF	CEP: 70.160-900
Nome do Signatário: CELSON DE BARROS CORREIA NETO		
Cargo/Função: DIRETOR GERAL		

CONTRATADA:

Denominação/Nome por extenso: DESDOBRA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-		
CNPJ/MF: 41.928.671/0001-02		
Endereço: RUA JOSÉ CAETANO DE ALMEIDA, 164 QD. 02 LOTE 06 - SETOR CENTRAL		
Cidade: MOSSÂMEDES	UF: GO	CEP: 76.150-000
Nome do Signatário: HELIO JOSÉ DA CUNHA JUNIOR		
Cargo REPRESENTANTE LEGAL		

DADOS DO CONTRATO

Data da Proposta 30/01/2023	Data de assinatura 09/03/2023	Data de vigência 09/03/03 a 08/09/23
Preço: R\$ 380.692,08 (trezentos e oitenta mil e seiscentos e noventa e dois reais e oito centavos)		Valor da Garantia: R\$ 0,00 (zero)

Nota(s) de Empenho: 2023NE000009

As partes, acima identificadas acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da licitação acima referenciada, daqui por diante denominado EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a **aquisição de grades de contenção, barras de escoramento e tendas impermeáveis com fechamento lateral, novas e para primeiro uso**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL e nas demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 2/23 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 2/23;
- c) Proposta da CONTRATADA.

2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

3.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5660 – Administração Legislativa - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
- Natureza da Despesa:
 - 4.0.00.00 – Despesas de Capital
 - 4.4.00.00 – Investimentos
 - 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 - 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega será o constante da proposta da CONTRATADA, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura deste Contrato.



- 5.2. Para os Itens 1 e 2 do objeto a CONTRATADA, no momento da entrega, deverá apresentar parecer e laudo técnico para comprovação do atendimento à norma ABNT NBR 6323:2016, de acordo com as seguintes regras:
- 5.2.1. O(s) profissional(s) habilitado(s) que atestará(ão) a conformidade do objeto não poderá compor o quadro de profissionais ou ter qualquer vínculo com a CONTRATADA, devendo, sob sua responsabilidade técnica, fornecer a seguinte documentação:
- a) parecer técnico conclusivo acerca das condições dos produtos fornecidos, decorrente de inspeção visual realizada na entrega do material;
 - b) laudo técnico que ateste a qualidade do material fornecido com base nos resultados dos ensaios de:
 - b.1) espessura do revestimento de zinco (ABNT NBR 7399);
 - b.2) aderência do revestimento de zinco (ABNT NBR 7398);
 - b.3) uniformidade do revestimento de zinco (ABNT NBR 7400);
 - b.4) massa de revestimento conforme (ABNT NBR 7397).
- 5.2.2. Toda e qualquer despesa para a elaboração da documentação técnica requerida, bem como para a coleta de amostras e realização de ensaios e testes serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 5.2.3. Para a execução dos ensaios técnicos requeridos, deverá ser observado o número mínimo de produtos de cada lote de inspeção que comporá as amostras de controle, conforme o plano de amostragem descrito nas tabelas C.1 a C.3 da ABNT NBR 6323:2016.
- 5.2.4. A CONTRATANTE poderá selecionar as peças que, conforme orientação normativa, irão compor a amostragem a ser ensaiada.
- 5.2.5. A CONTRATADA deverá, a suas expensas, repor as peças que, submetidas a ensaios destrutivos, não puderem ser utilizadas posteriormente para o fim a que se destinariam.
- 5.2.6. A CONTRATADA deverá fornecer para a CONTRATANTE as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) acerca da documentação entregue e dos ensaios realizados, devidamente registradas por órgãos competentes.
- 5.3. Local de entrega: Galpões do Serviço de Obras e Manutenção Geral da CONTRATANTE, situados atrás do estacionamento do Edifício Anexo IV, em Brasília-DF. Telefone para contato: (61) 3216-2820.
- 5.4. Dia/Horário: Em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h.
- 5.5. É da responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado.
- 5.6. O material (nacional ou importado) deve ser entregue contendo no rótulo todas as informações sobre ele, em língua portuguesa.
- 5.7. Caso o objeto ofertado seja importado, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, por ocasião da entrega do objeto e juntamente com a nota fiscal,



comprovação da origem dos bens ofertados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não recebimento do objeto.

5.8. A CONTRATADA deverá providenciar a substituição de toda peça cuja inspeção visual julgue inadequada, que sofra algum dano ou alguma peça que solte no momento do recebimento.

6. DO RECEBIMENTO

6.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

6.2. O recebimento dar-se-á em duas etapas:

6.2.1. 1ª Etapa – Recebimento Provisório: entrega dos produtos, realização de inspeção visual e emissão de parecer técnico conclusivo acerca das condições dos produtos fornecidos.

6.2.1.1. Caso o parecer indique a troca de itens com defeito, a substituição deverá ser imediata e nova inspeção visual deverá ser realizada.

6.2.1.2. Os produtos somente serão considerados recebidos quando entregues em sua totalidade e mediante parecer técnico sem quaisquer ressalvas.

6.2.1.3. Após o Recebimento Provisório, serão coletadas as amostras para execução dos ensaios técnicos.

6.2.2. 2ª Etapa – Recebimento Definitivo: entrega de laudo técnico atestando a conformidade dos produtos ao preconizado nas normas técnicas vigentes.

6.2.2.1. Os produtos somente serão considerados recebidos em definitivo quando entregues em sua totalidade e mediante laudo técnico sem quaisquer ressalvas.

6.3. A CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da entrega.

7. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

7.1. Considera-se órgão responsável pela gestão deste Contrato o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA LEGISLATIVA da CONTRATANTE, localizado no Edifício Anexo III, subsolo, sala 26, que, por meio da COORDENAÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO, designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deverá:

- a) cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- a) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto;
- b) respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;



- c) reparar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, as partes ou componentes do objeto entregue que, durante o período de garantia, venham apresentar vícios que tornem o material impróprio ou inadequado ao uso ou consumo a que se destina, nos termos do artigo 18, §1º, do Código de Defesa do Consumidor;
- d.1) não sendo o vício sanado no prazo estabelecido na alínea anterior, o fornecedor deverá substituir o produto impróprio para o uso ou defeituoso, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, nos termos do artigo 18, §1º, I, do Código de Defesa do Consumidor.
- 8.2. Os materiais ofertados deverão contar com o atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante, caso seja necessário.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O objeto aceito definitivamente pela CONTRATANTE será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo Órgão Responsável.
- 9.1.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.
- 9.2. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite definitivo do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.
- 9.2.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

- 9.3. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998 e Lei n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.
- 9.4. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

2



9.5. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

10.2. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE na entrega do objeto, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor do objeto entregue com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

10.3. Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha entregado o objeto, além da multa prevista, poderá, a critério da Câmara, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

10.4. A CONTRATADA será também considerada em atraso se entregar o objeto em desacordo com as especificações e não o substituir dentro do período remanescente do prazo de entrega fixado na proposta.

10.5. Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto não entregue, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

12

12



10.6. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

11. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato terá vigência de 6 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, conforme datas definidas na Folha de Rosto.

11.2. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.


12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.


E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 09 de março de 2023.

Pela CONTRATANTE:


Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral

Pela CONTRATADA:


Helios Jose da Cunha Junior
Representante Legal